

O caso dos Avá-Canoeiro do Araguaia: racismo como naturalização do humano¹

Patrícia de Mendonça Rodrigues - consultora autônoma
Palavras-chave: Avá-Canoeiro do Araguaia, racismo, genocídio

O presente texto propõe descrever minimamente o modo como os Avá-Canoeiro do Araguaia foram caçados como animais selvagens, massacrados e estigmatizados pelos colonizadores e pelo Estado Brasileiro a partir de uma concepção e de uma prática racistas. No que se refere aos povos indígenas, tem sido recorrente que o racismo colonial, definido basicamente como uma crença irreal de superioridade de um povo ou grupo sobre outro, com base em características arbitrárias, tome a forma de um discurso naturalizante, em que os indígenas são definidos e tratados como humanos inferiores ou não humanos por estarem mais próximos ou pertencerem a um fictício mundo natural.

A história e situação atual do grupo, de cerca de 25 pessoas, permaneceram invisíveis até recentemente, quando foram relatadas no Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Taego ãwa (Rodrigues, 2012), gerando uma Ação Civil Pública da Procuradoria da República do Tocantins contra a União e a FUNAI. Em 2014, a história do grupo foi reconhecida como um caso emblemático de violência dos colonizadores e do Estado brasileiro contra um povo indígena e foi destacada no relatório da Comissão Nacional da Verdade.

A violência física sofrida pelo grupo durante séculos, quando chegou à beira da extinção física, foi acompanhada de uma persistente violência moral, que persiste até hoje, em que os Avá foram desqualificados de sua condição plenamente humana por meio de um discurso naturalizante e racista. Esse discurso, que serviu prioritariamente como justificativa para a tentativa de extinção e dominação dos remanescentes avá-canoeiro, teve início nos primeiros relatos históricos sobre o grupo e se manteve posteriormente em textos acadêmicos, documentos oficiais do órgão indigenista e reportagens de jornalismo.

No que se refere aos relatos históricos, os primeiros textos são de meados do século 18, quando os antepassados do grupo, estimados em alguns milhares de pessoas, foram encontrados pelos colonizadores habitando as cabeceiras do Rio Tocantins. Na época, os Avá iniciaram um processo de ativo enfrentamento à primeira frente agropecuária nessa região do Brasil Central. Tornaram-se então famosos na literatura

¹ Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

histórica e na memória oral dos antigos goianos como o povo que mais resistiu ao colonizador, recusando-se terminantemente a estabelecer o contato pacífico e preferindo a morte à prisão².

As raízes históricas, geográficas, linguísticas e étnicas do grupo de língua tupi-guarani foram motivo de antigos debates na literatura, em que se especulou sobre uma descendência dos antigos Karijó (falantes de um dialeto guarani), nome genérico dado aos índios trazidos de São Paulo a Goiás pelo bandeirante Bartolomeu Bueno Filho, o segundo Anhanguera, ou sobre uma descendência da miscigenação entre os Karijó e afrodescendentes³. O que se sabe até o momento é que a língua do grupo estaria muito próxima linguisticamente – o que indica uma maior proximidade histórica ou geográfica – dos povos tupi-guarani setentrionais, como os Tapirapé, Asurini do Tocantins, Suruí do Tocantins, Parakanã, Guajajara e Tembé, ao contrário de uma hipotética origem meridional (Rodrigues, 1984/1985)⁴.

Depois de cerca de um século de resistência aguerrida, as bandeiras punitivas levaram à dispersão e fragmentação do grupo, que se dividiu entre os que continuaram nas cabeceiras do Rio Tocantins e os que se deslocaram para a bacia do Rio Araguaia, o principal afluente do Rio Tocantins⁵. O médio Araguaia já era habitado desde muito antes da colonização do Brasil Central pelos povos de língua karajá (Karajá, Javaé e Xambioá ou Karajá do Norte), pertencente ao tronco linguístico macro-jê (Davis, 1968). Os Javaé, em especial, passaram a compartilhar um mesmo território com os Avá-Canoeiro, dos quais se tornaram adversários históricos.

Os Avá-Canoeiro autodenominam-se *Ãwa*, mas até a década de 60, do século passado, os dois grupos eram conhecidos como “Canoeiro” na literatura. Segundo Couto de Magalhães (1974:102), que teve a oportunidade de recolher um vocabulário junto a um casal do grupo em 1863, quando era Presidente da Província de Goiás, os Canoeiro “tem esse nome, por se terem tornado célebres os seus ataques contra os navegantes do (Rio) Maranhão, a quem acometiam em levíssimas ubás e com agilidade tal, que chegavam sem ser pressentidos, retirando-se sem sofrer dano”. O grupo que

² Cruz Machado (1997a), Couto de Magalhães (1974), Spínola (2001a, 2001b), Chaim (1974), Karasch (1992).

³ Cunha Mattos (1875), Couto de Magalhães (1974), Rivet (1924), Nimuendaju (1944 *apud* Baldus (1970), Neiva (1971), Toral (1984/1985), Pedroso (1994).

⁴ Dados coletados pelo GT da FUNAI (Rodrigues, 2012) junto aos próprios Avá-Canoeiro do Araguaia, que nunca haviam sido ouvidos a este respeito, acrescentam novos ingredientes à hipótese de uma fusão histórica no passado com grupos afrodescendentes.

⁵ Cruz Machado (1997a, 1997b), Mariani (1997), Couto de Magalhães (1974), Moraes Jardim (2001), Alencastre (1998), Ataídes (2001), Pedroso (1994, 2006), Rodrigues (2012).

chegou ao Araguaia a partir de 1830, aproximadamente, ficou mais conhecido regionalmente como “Cara Preta” (ver Toral, 1984/1985).

Toral (1984/1985) mostra que o termo “Avá-Canoeiro” consolidou-se na imprensa entre 1969 e 1973, na ocasião da ativação de duas frentes de atração simultâneas pela FUNAI no Araguaia e no Tocantins. Ao termo “Canoeiro” foi adicionada a palavra “Avá”, que havia sido recolhida junto aos Avá-Canoeiro por Couto de Magalhães (1974:107) como sendo o etnônimo do grupo. Teófilo da Silva (2005:14) lembra que “*awa*”, “como em outras línguas tupi-guarani, significa gente, pessoa, ser humano, homem adulto”, significado confirmado pelo grupo do Araguaia (Rodrigues, 2012).

A documentação histórica sobre a colonização da antiga Província de Goiás é farta em registros sobre a presença dos Avá-Canoeiro na região dos formadores do Rio Tocantins, conhecido como Rio Maranhão em seu alto curso, no século 18⁶. A descoberta de ouro resultou na fundação de “arraiais” e vilarejos a partir da década de 20 e no ciclo de exploração do ouro, que entrou em decadência no início do século 19 e foi seguido pela agricultura e pecuária praticadas de forma precária e esparsa em uma imensa área. A colonização da região, situada na bacia dos rios Tocantins e Araguaia, esbarrava na forte resistência das populações indígenas locais, tendo sido acompanhada, por essa razão, da fundação de aldeamentos e presídios oficiais durante os séculos 18 e 19 e de uma política que alternava entre a repressão violenta e o extermínio dos índios, por um lado, e a tentativa de pacificação, catequese e utilização da mão de obra indígena, por outro.

Segundo Pedroso (1994:53), “as primeiras notícias sobre os índios avá-canoeiros remontam ao final da década de cinquenta do século XVIII, quando frentes agropastoris instalaram-se em seus territórios tribais”. Na época, o auge do ciclo do ouro no norte da capitania já tinha passado, de modo que “as terras férteis que margeiam o rio Maranhão/Tocantins foram, então, ocupadas pela modesta economia agropastoril” (1994:54) que se instalou aos poucos em pleno território avá-canoeiro. Nas décadas de 1770 e 1780, eles eram confundidos com os Xavante, sendo chamados às vezes de “Xavante de canoa” (Pohl, 1951). A literatura mostra que, na segunda metade do século 18, em Goiás, teve lugar uma política que alternava entre o extermínio ou escravização

⁶ Silva e Sousa (1849), Cunha Mattos (1875), Ataídes (2001), Toral (1984/1985, 1998), Pedroso (1994, 2006).

dos índios hostis pelos bandeirantes e o aldeamento dos menos resistentes⁷. Com a pacificação e o aldeamento dos Xavante em Carretão, em 1784, “os Canoeiros apareceram como verdadeiros índios de canoa no Alto Tocantins e seus afluentes: essa phase durou, ao que parece, apenas uns trinta e tantos annos” (Nimuendaju, 1944 *apud* Baldus, 1970:71). Nessa nova fase, eles estiveram mais visíveis e expostos aos ataques dos colonizadores. Vários motivos, no entanto, levaram a um fracasso generalizado dos aldeamentos goianos no fim do século 18 (Chaim, 1974).

Na mesma época, a navegação pelos rios Araguaia e Tocantins, habitado por diversos povos indígenas, era prioridade para os dirigentes da Província de Goiás e para os comerciantes⁸. O Capitão Tomaz de Sousa Villa Real, que realizou uma célebre viagem entre Belém do Pará e a capital de Goiás pelo Rio Araguaia, entre 1791 e 1793 (Baena, 1848), havia sido encarregado, em 1789, pelo Presidente da Província de Goiás, Tristão da Cunha e Menezes, de tentar um caminho mais curto pelo Rio Maranhão/Tocantins. Segundo Silva e Souza (1849:463), conhecido historiador da Província de Goiás, a guarnição de soldados da expedição era comandada pelo sargento José Luiz, que recebeu ordens para atacar o “gentio *Canoeiro*, que tinha feito despovoar grande parte das fazendas da visinhança do rio Maranhão”. A expedição “fez grande mortandade”, mesmo tendo “resistindo-lhe denodadamente” os Canoeiro, que lutaram com as mulheres e “um grande séquito de cães bravos que traziam”.

Pedroso (1994, 2006) comenta que o grande massacre ocorreu no local conhecido como Ilha do Tropeço, no Rio Maranhão, perto da atual cidade de Peixe (TO), e é tido pelos autores clássicos da historiografia goiana como o principal fato histórico gerador de “seguidas represálias dos índios ao colonizador” (1994:55) até meados do século 19. Em uma das mais antigas descrições sobre o grupo, Silva e Souza (1849:49) assim localiza e se refere aos “Canoeiros” em 1812:

“(…) *Canoeiros*. Nação crudelíssima, bellicosa, e que não sabe fugir, resistindo nos seus combates até morrer, investindo furiosamente as mesmas mulheres e cães bravos que trazem consigo: gyram em canoas, que fazem pelos rios Tocantins, Paranã, Manoel Alves, Barra da Palma, aonde tem feito muitos estragos. (...) Usam além de arco e frecha, de lanças de mais de vinte palmos, dentadas nas extremidades; são amicíssimos de carne cavallar, que é o seu mais saboroso alimento.”

⁷ Brasil (1961), Chaim (1974), Karasch (1992), Carneiro da Cunha (1992), Palacin (1994), Ataídes (2001).

⁸ Alencastre (1864), Brasil (1961).

Além da localização do grupo nas margens dos formadores do Tocantins, quando ainda andavam em canoas, entre outras informações, seu relato destaca a imagem recorrente de guerreiros cruéis, corajosos e irredutíveis à pacificação, que os acompanharia até o contato oficial. Silva e Souza menciona o hábito já então adquirido pelos Canoeiro de comer carne de cavalos, um dos principais motivos invocados pelos fazendeiros do vale do Rio Javaés, em meados do século 20, como justificativa para matá-los.

Com o término do ciclo do ouro no início do século 19, a antiga Capitania de Goiás iniciou um longo período de acentuada decadência econômica e populacional, caracterizado pela extinção de vários núcleos urbanos e por um processo de “ruralização” (Palacin, 1994:138). A política indigenista deixou de ser influenciada pela legislação protecionista dos governos portugueses e passou a ser marcada por uma atuação abertamente ofensiva aos índios por parte dos governantes e colonos goianos⁹. Estimula-se então a criação de novos aldeamentos e presídios no interior de Goiás, percebidos como núcleos de povoamento “civilizadores”, e às margens do Tocantins e Araguaia, com vistas à navegação, mas agora em um contexto de guerra aberta, expedições punitivas e escravização¹⁰. A política indigenista oficial da época oscilava, entretanto, como mostra Carneiro da Cunha (1992), de modo que em 1831 uma lei revogou a autorização de confronto direto com os índios de fronteira. Decretos de 1843, 1845 e 1857 (Karasch, 1992) incentivaram a fundação de novos aldeamentos ou missões para a catequese e assimilação dos índios, embora na prática a violência contra eles não cessasse.

Em 1824, Cunha Mattos (1875:19), o Governador das Armas da Província de Goiás e o comandante das forças militares, ainda localizava os Canoeiro nas cabeceiras do Rio Tocantins e relatava que “numerosas bandeiras marcharam contra estes bárbaros, que tem sido destroçados, sem nunca cederem enquanto têm vida”. Em outro relato de 1824 (Ataídes, 2001:38), o comandante narra que os índios chegaram à “ousadia” de cortar “as comunicações entre o Norte e o Sul desta Província”. No entanto, como já apontaram outros autores, em razão dos massacres violentos, os Avá já haviam iniciado na época um processo irreversível de mudança das matas de galeria das margens dos

⁹ Ver Chaim (1974) e Karasch (1992).

¹⁰ Ver Carneiro da Cunha (1992) e Ataídes (2001).

rios, onde andavam em canoas e estavam mais expostos aos colonizadores, para as matas e cerrados das serras mais altas e distantes dos grandes cursos d'água¹¹.

Na coletânea de documentos históricos do Brasil Central (Ataídes, 2001), há muitos registros oficiais sobre bandeiras punitivas contra os Avá-Canoeiro. Os informes sobre expedições oficiais são mais abundantes nas décadas de 20, 30, 40 e 50 do século 19. Algumas bandeiras da década de 30 tentaram “tratar a paz com os Índios Canoeiros” (2001:46), oferecendo-lhes “brindes” (2001:47) em vão. Pedroso (1994, 2006) descreve em maiores detalhes a intensificação dos conflitos entre os Avá-Canoeiro e as frentes de expansão agropastoris na primeira metade do século 19. A resistência tenaz e inflexível dos Canoeiro ao colonizador tornou-se célebre, sendo recorrente na literatura histórica do século 19. Chaim (1974), Karasch (1992) e Pedroso (1994) resumem a questão dizendo que nunca se conseguiu realizar o contato pacífico com os Avá-Canoeiro, subjuguá-los ou reduzi-los em aldeamentos, os quais lutaram para se manter autônomos até o contato forçado em 1973.

Nos relatos oficiais ou não dos presidentes da Província de Goiás, por exemplo, de diferentes épocas, a menção a uma insubordinação absoluta e inegociável dos Canoeiro se repete. Em 1854, Cruz Machado (1997a:133) fala que “a tribu feroz dos canoeiros nômade, e muito dividida (felizmente ella única) não parece susceptível de civilização, tem um instinto bem pronunciado para a carnagem e a rapina, e não se conta que um canoeiro adulto adoptasse os hábitos do homem civilizado”. Em 1863, Couto de Magalhães (1974:103) relata que os Canoeiro, estimados em três mil pessoas antes das expedições punitivas, eram a mais “aguerrida, feroz e inteligente” de todas as tribos; que todas as tentativas de catequese foram infrutíferas; e que, quando presos, preferiam a morte à prisão. Em 1880, Aristides Spínola (2001a:41-42) sintetiza uma imagem consolidada dizendo que os antigos relatórios oficiais consideravam os Canoeiro, que “infestavam” os sertões, como a tribo “mais feroz da província”.

Os Avá-Canoeiro do alto Tocantins, contudo, pagaram um alto preço pela resistência indômita, que provocou a reação desproporcional das autoridades e moradores locais, causando a redução drástica da população original e a dispersão de pequenos grupos para áreas mais distantes. Pedroso (1994, 2006) conclui que os conflitos mais acirrados ocorreram nas décadas de 1840 e 1850 e que a redução populacional dos Avá se deu a partir da década de 1840. A diminuição dos membros do

¹¹ Curt Nimuendaju (1944 *apud* Baldus, 1970), Toral (1984/1985) e Pedroso (1994, 2006).

grupo foi seguida de grande dispersão territorial a partir de 1850, de modo que, em 1870, “os embates haviam praticamente terminado” (1994:61). Em fuga constante, os grupos movimentaram-se para áreas cada vez mais distantes, ao sul, ao norte, a oeste e a leste do território de origem, dentro de uma vasta região que abrangia territórios habitados por outros povos indígenas, como os Xavante, Karajá e Javaé.

As primeiras notícias que se tem sobre os Avá-Canoeiro no vale do Araguaia provêm de relatórios oficiais do Presidente da Província de Goiás da década de 1850, nos quais, entretanto, há menção a ataques dos “Canoeiro” protagonizando cenas de “ferocidade” na região há mais de 20 anos, ou seja, desde a década de 1830 (Cruz Machado, 1997a:127). Relatórios das décadas de 50 e 60 apontam novos ataques na região de afluentes do Araguaia ao sul da Ilha do Bananal, que estaria “infestada” de índios Canoeiro em 1855 (Cruz Machado, 1997b:233)¹². Em 1862 já havia várias menções que os “Canoeiro” percorriam “as solidões do Araguaya” no lado do Mato Grosso, na margem esquerda do rio, e na própria Ilha do Bananal (Alencastre, 1998:98). Na década de 70, os Avá eram vistos em movimentação constante, quase ao mesmo tempo, tanto na região do Rio Crixás-Açú, afluente do Araguaia, como na Ilha do Bananal, bem mais setentrional, que compreende parte do vale do Rio Javaés (Moraes Jardim, 2001). Havia então uma ocupação simultânea de áreas bem distantes entre si.

Nas últimas décadas do século 19, com o fim do Império, por várias razões, constata-se a decadência de quase todos os aldeamentos e presídios e a dizimação de quase todos os grupos indígenas da antiga Província de Goiás (Ataídes, 2001). Pedroso (1994:61) mostra que, a partir de 1870, “os avá-canoeiros encontravam-se em número bastante reduzido, consequência de aproximadamente um século de intensa guerra”. A autora lembra que os registros ou relatos escritos sobre os Avá diminuem consideravelmente a partir de então. “Esses documentos informam também que os índios não mais atacavam fazendas; a guerra já estava perdida e eles apenas fugiam, evitando o contato” (1994:83). Nas duas décadas que se seguiram, 80 e 90, praticamente não há informações escritas sobre os Avá-Canoeiro, referidos como quase extintos em 1881 (Spínola, 2001b).

No início do século 20, porém, surgem novos relatos confiáveis sobre a sua movimentação espacial na Ilha do Bananal e adjacências, como foi notado por Toral (1984/1985), em especial para a bacia do Rio Javaés¹³. Os Avá-Canoeiro passaram

¹² Ver Couto de Magalhães, 1974.

¹³ Ver Krause (1942) e Kissenberth (*apud* Baldus, 1970).

então a habitar o mesmo território dos Karajá e Javaé. Embora a Ilha do Bananal e suas imediações tenham sido atingidas pelos Avá desde a década de 1860, pelo menos, a ocupação territorial definitiva da área por pequenos grupos, em diferentes lugares, só foi consolidada nas décadas seguintes. Com a chegada do grupo, os Javaé e Avá-Canoeiro se tornaram inimigos e os dois grupos têm uma memória viva e detalhada sobre um passado de enfrentamentos ocasionais e mortes recíprocas (Rodrigues, 2012, 2013).

Até 1930, o vale do Rio Javaés ainda não havia sido atingido pelas frentes de expansão econômicas, o que explica a sua escolha pelos Avá como refúgio preferencial e a ausência, no fim do século 19, de registros escritos sobre o grupo. A ocupação da região pelos Avá também foi facilitada, em grande parte, pela redução populacional sofrida pelos Javaé após as experiências devastadoras com os primeiros bandeirantes nos séculos 17 e 18. Na virada para o século 20, no entanto, tanto os Javaé quanto os Avá-Canoeiro eram praticamente desconhecidos por pesquisadores ou agentes do Estado. O Serviço de Proteção aos Índios (SPI), criado em 1910, organizou uma expedição de reconhecimento à Ilha do Bananal em 1911/1912¹⁴. O SPI visitou as aldeias karajá e javaé, mas em 1930 ainda tinham dúvidas se as aldeias existentes no interior da Ilha do Bananal eram dos Javaé ou dos Canoeiro¹⁵.

Nas primeiras décadas do século 20, intensificou-se a penetração das frentes agropecuárias no médio Araguaia, que chegaram à região por via fluvial, primeiramente, vindos do norte, e depois por via terrestre. Foram organizadas expedições para o desbravamento e a colonização da margem oeste do Araguaia, como a Marcha para o Oeste, que culminou com a construção de Brasília no fim da década de 50, inaugurando um novo fluxo migratório no Brasil Central¹⁶. A partir dos anos 30, seriam fundados os principais povoados junto aos Karajá da ilha do Bananal. Nos anos 30 e 40, mineradores de cristal e criadores de gado fundariam os primeiros povoados do vale do rio Javaés, como Cristalândia, Pium, Dueré e Formoso do Araguaia, de onde partiram os primeiros colonizadores das pastagens nativas da Ilha do Bananal e os principais “caçadores” dos índios avá-canoeiro¹⁷. A chegada das frentes de expansão econômica ao vale do Javaés trouxe a invasão e a apropriação das terras ocupadas pelos índios, epidemias desconhecidas para os Javaé e o choque frontal entre os novos

¹⁴ Recortes de jornais (microfilme da FUNAI n° 324, fotogramas n° 1, 6 e 9).

¹⁵ Relatório de Bandeira de Mello, de 1930 (microfilme da FUNAI n° 271, fotogramas n° 1968 a 1972).

¹⁶ Villas Bôas & Villas Bôas (1994), Lima Filho (2001).

¹⁷ Toral (1992), Rodrigues (2012).

colonizadores e os Avá-Canoeiro, o que resultou em uma redução populacional drástica dos dois grupos.

Nas décadas de 30 e 40, o jornalista paulista William Aureli (1962a, 1962b), aventureiro que navegou diversas vezes pelo Araguaia na companhia dos Karajá, fornece dados inéditos sobre antigos embates entre os Javaé, armados de carabinas, e os Canoeiro na Ilha do Bananal (1962a:291-292), descritos como povo “ferocíssimo, muito temido”, “brutos”, “depredadores”, “silvícolas”. Em outro relato de aventuras e encontros com os índios Javaé e Karajá, Leolídio Caiado (1961) narra a excursão que fez na região da Ilha do Bananal em 1950, com destaque para a descida por todo o Rio Javaés. O autor traz informações sobre as expedições sanguinárias dos novos moradores contra as aldeias dos Canoeiro na década de 40, referidos como “ferozes”, “silvícolas” ou mesmo “animais”. Os moradores regionais, os Javaé e os próprios Avá lembram nitidamente dos tiroteios em que estes últimos eram o alvo, das aldeias queimadas e destruídas e das vezes em que fugiram de cães em seu encalço, sendo considerados como animais selvagens que precisavam ser abatidos¹⁸.

Tanto na literatura quanto na memória regional está registrada a existência de famosos caçadores de “Cara Preta”, o assassinato de centenas de índios e a destruição de aldeias inteiras nas décadas de 40, 50 e 60, como as que existiam na Serra das Cobras e no Lago da Onça, a leste do Rio Javaés. Entre os mais famosos matadores estão Martim Cabeça-Seca, caçador e pescador profissional que morava em Pium e matou muitas dezenas de índios, e Vicente Mariquinha, o primeiro criador de gado que se instalou junto à aldeia *Kanoanõ*, dos Javaé, os quais aceitaram a sua presença, ainda nos anos 40, em troca de proteção armada contra os temidos Avá-Canoeiro da região¹⁹.

A Ilha do Bananal e o interflúvio entre o Rio Javaés e o seu principal afluente, o Rio Formoso do Araguaia, foram escolhidos pelos Avá como a principal área de movimentação e refúgio. Devido à perseguição implacável, obrigando-os muitas vezes a abandonar os corpos dos parentes mortos durante a fuga desesperada, a rotina caracterizou-se por um eterno deslocamento, durante a noite, de acampamento em acampamento, instalados em lugares inóspitos. A intensificação do cerco aos Avá levou a um aperfeiçoamento desesperador de suas estratégias centenárias de fuga e isolamento, em condições críticas e desumanas.

¹⁸ Rocha (2002), Pedroso (2006), Rodrigues (2012, 2013).

¹⁹ Pedroso (2006), Rodrigues (2012, 2013).

Ao fim de um processo contínuo de fragmentação populacional e dispersão territorial, o povo *Ãwa* estava dividido em duas pequenas populações distintas na década de 1960, o grupo do Araguaia e o do Tocantins, separados por mais de anos, a ponto de desenvolver significativas diferenças dialetais (ver Teófilo, 2005).

Por volta de 1967 ou 1968, a inhóspita Mata Azul foi escolhida como o último refúgio do grupo²⁰. Os 14 sobreviventes do genocídio que chegaram à mata localizada dentro da imensa Fazenda Canuanã integravam um grupo de parentes próximos. A fazenda pertencia aos irmãos Pazzanese, família rica de São Paulo, que haviam instalado a sede da mesma em um antigo sítio mitológico dos Javaé (*Kanoanõ*), destruindo o cemitério e suas urnas funerárias com tratores, fato jamais esquecido pelos Javaé.

Diante dos abates de bois e cavalos dos fazendeiros, que revidavam organizando expedições de caça aos índios, em 1972 a FUNAI instalou uma Frente de Atração na região, comandada pelo sertanista Israel Praxedes Batista, que reconheceu por meio de vários relatórios oficiais que os Avá-Canoeiro ocupavam uma vasta área de 50.000 alqueires entre os rios Formoso do Araguaia e Javaés²¹. Como a lenta tática de oferecimento de brindes aos índios não obteve resultados, contrariando os interesses dos proprietários das fazendas da região, Praxedes foi substituído do comando da Frente de Atração no fim de 1973 pelo sertanista Apoena Meirelles, que realizou a “atração” de seis Avá-Canoeiro no mesmo ano, em um tempo recorde, na região da Mata Azul²². O restante do grupo foi contatado em 1974, com a ajuda de um antigo caçador de índios e dos próprios Avá-Canoeiro, que foram levados a acreditar, equivocadamente, que poderiam viver em paz em seu território se colaborassem com os sertanistas. No primeiro mês após a rendição final, os Avá-Canoeiro contatados estavam em choque intenso e em estado de saúde deplorável, conforme os relatórios médicos da época.

A Frente de Atração foi ativada na mesma época em que o grupo BRADESCO manifestou a intenção de iniciar uma parceria econômica com os Pazzanese, visando a criação de gado e a instalação de uma pioneira fundação educacional junto à sede da Fazenda Canuanã. O BRADESCO havia condicionado a parceria à não existência de índios na área, cuja presença era negada pelos Pazzanese, apesar das fortes evidências em contrário. O resultado prático da precipitada ação estatal beneficiou unicamente os

²⁰ Toral (1984/1985), Pedrosa (1994, 2006), Rodrigues (2012, 2013).

²¹ Processos da FUNAI n° 082/71, n° 7/362/72, n° 7/322/72 e n° 1166/73.

²² Ver FUNAI (1973, 1974), Meirelles (1973), Meirelles & Meirelles (1973/1974), Toral (1984/1985), Newlands & Ramos (2007), Rodrigues (2012, 2013).

interesses privados do grupo BRADESCO e dos proprietários da Fazenda Canuanã, pois os Avá-Canoeiro foram removidos da Mata Azul em 1976, sem absolutamente nenhum tipo de providência da FUNAI quanto à regularização fundiária da terra em que viviam. Desde então, a margem direita do Rio Javaés ficou livre para a agropecuária e para a negociação imobiliária.

A forma como o “contato” foi realizado pela equipe da FUNAI foi muito mais brutal do que aparece nos boletins oficiais da época, que tentaram engrandecer o feito dos sertanistas e ocultar a violência dos procedimentos adotados. Os Avá-Canoeiro foram literalmente caçados e capturados pelos agentes do Estado, que, de certa forma, deram continuidade a um processo realizado há décadas pelos regionais. A equipe de atração era integrada por índios Xavante, que foram levados a desempenhar o papel de caçadores de outros índios. O grupo surpreendeu os Avá no Rio Caracol, em 1973, então reduzido a apenas 11 pessoas, e entrou atirando no acampamento, ocasião em que uma menina de oito anos foi baleada, vindo a falecer dias depois na Mata Azul, nos braços de sua mãe, fato nunca divulgado. Uma criança de 12 anos passou a ser conhecida desde então com o apelido pejorativo de “Macaquira”, associado ao comportamento de macacos, pelo fato de ter reagido à captura tentando morder os sertanistas.

Depois dos tiros e dos fogos de artifício, parte do grupo conseguiu fugir, enquanto outra parte permaneceu no lugar a contragosto, seguindo a liderança de *Tutawa* (Rodrigues, 2015), que decidiu se entregar, não porque confiou nos sertanistas, conforme o boletim oficial mistificador e inverossímil produzido no auge dos governos militares (FUNAI, 1973), mas porque foi solidário com sua esposa e seu filho pequeno, os mais frágeis do grupo, que haviam sido capturados à força depois que alguém jogou um facão na direção deles. Os seis índios capturados, dois homens, uma mulher e três crianças, foram amarrados durante um dia inteiro, sob a mira das armas de fogo dos Xavante – que manifestaram a intenção de matar os Avá-Canoeiro, pois um Xavante havia sido ferido – e levados para a sede da Fazenda Canuanã.

Os índios derrotados, depois de séculos de recusa indômita ao contato, foram colocados durante semanas em um quintal cercado da fazenda, onde eram observados por curiosos de diversas localidades distantes, que queriam ver os “índios pelados”. A cena foi fotografada pelo jornalista alemão Klaus Gunther (*apud* Borela, 2013). Os agentes públicos que haviam caçado, capturado, amarrado e aprisionado os índios em uma espécie de jaula a céu aberto foram associados pelos espectadores presentes a

domadores de animais (Rodrigues, 2012). Pouco depois eles foram levados a um povoado vizinho para serem novamente expostos à curiosidade pública, enquanto as mulheres foram vítimas de tentativas de estupro por funcionários da fazenda.

Depois de seis meses na sede da fazenda, a FUNAI optou por transferir os Avá-Canoeiro para um acampamento mais distante. Tanto os Javaé quanto os Avá lembram-se com nitidez do período em que foram forçados a conviver na Mata Azul pela FUNAI, que desconsiderou o fato essencial de que os dois grupos eram adversários históricos, com uma memória viva das mortes recíprocas no passado. Os Javaé, que eram em número muito maior (mais de 300 pessoas) e disputavam um mesmo território com os Avá-Canoeiro desde o século 19, foram levados pelos sertanistas a servir de guardas e “amansadores” dos índios capturados, estabelecendo dali em diante uma relação de dominação e subordinação. Os Javaé contratados pela FUNAI trabalhavam na Guarda Rural Indígena (GRIN), treinada em um quartel da Polícia Militar de Minas Gerais que estimulava práticas violentas e de tortura na década de 60.

Durante os quase três anos em que viveram nas terras da Fazenda Canuanã, supervisionados pela FUNAI, os Avá-Canoeiro foram vítimas de abusos físicos e emocionais diversos, os quais compõem uma memória traumática do grupo. Nos três primeiros anos após a captura, seis dos onze Avá-Canoeiro que moravam na Mata Azul faleceram em razão de doenças contraídas, para as quais não tinham imunidade, ou de violências diversas cometidas contra eles.

Em 1976, por determinação da FUNAI, que também não consultou os Javaé, os Avá-Canoeiro foram sumariamente transferidos da fazenda para o Posto Indígena Canoanã, na aldeia de seus antigos inimigos, no então Parque Indígena do Araguaia, onde a maioria dos sobreviventes e seus descendentes estão até hoje. Reduzidos a 5 pessoas, os Avá foram assimilados pelos Javaé a uma tradicional categoria social de cativos de guerra (*wetxu*)²³, embora a “derrota” tenha sido imposta pelo Estado de forma brutal, condizente com o contexto político nacional da época. Os Avá-Canoeiro passaram a viver em condições graves de degradação física e moral, sofrendo severas restrições alimentares, marginalização social e constrangimentos de natureza variada, como a imposição do celibato ou de relacionamentos breves, violentos e estigmatizados. Tradicionalmente os Avá eram conhecidos pelos Javaé pelo termo pejorativo *Kyrysa*, que indica uma humanidade inferior ou incompleta em uma posição de subalternidade.

²³ Rodrigues (2008, 2012, 2013)

Desde o final da década de 80 até 2009, quando foi instituído um Grupo Técnico de identificação e delimitação de uma terra tradicional para os Avá-Canoeiro do Araguaia, a única iniciativa do órgão indigenista em relação ao grupo foi a tentativa de transferi-los, contra a sua vontade, para uma área distante. A ação do Programa Avá-Canoeiro do Tocantins (Pacto, 1992, 2004), analisado criticamente por Tosta (1997) e Teófilo da Silva (2005), foi resultado de um convênio indenizatório e milionário entre a FUNAI e a empresa FURNAS, depois que esta última iniciou a construção da hidrelétrica de Serra da Mesa, na década de 80, e inundou parte da Terra Indígena Avá-Canoeiro, em Minaçu (GO), onde habitavam os seis sobreviventes dos Avá-Canoeiro do Rio Tocantins, contatados em 1983²⁴.

O programa, elaborado por pesquisadores e indigenistas, sob a justificativa de “salvar o grupo da extinção”, instituiu como meta principal a “reunificação” dos Avá-Canoeiro do Araguaia aos do Tocantins, separados historicamente há cerca de 160 anos, como parte da compensação de FURNAS pela destruição do meio ambiente local e impacto sobre o modo de vida indígena. Durante mais de 20 anos, um grupo de indigenistas e pesquisadores insistiu na transferência dos Avá-Canoeiro, apesar de ser vedada pela Constituição brasileira a remoção de povos indígenas de suas terras, o que seria, caso concretizada, uma segunda violência contra o grupo do Araguaia, que foi transferido pela primeira vez em 1976. O grupo desconsiderou a recusa irredutível dos Avá, liderados por *Tutawa*, em abandonar a região do Araguaia, com a qual mantêm ligações profundas de ordem histórica, cultural, socioeconômica, afetiva e espiritual (Rodrigues, 2012, 2015). De forma impositiva, o programa baseou-se em supostos laços biológicos históricos entre os dois grupos e ignorou que os próprios Avá-Canoeiro do Araguaia não concebiam nenhum vínculo histórico, mitológico ou de parentesco com os do Tocantins e vice versa. Em plena década de 90, pesquisadores e indigenistas ainda insistiam em uma equivocada política de transferência de povos indígenas, iniciada nos tempos do SPI, revista pela própria FUNAI e contrária ao espírito da Constituição.

Até recentemente, fez parte central da estratégia dos operadores do convênio oficial a tentativa de casamento arranjado previamente entre membros específicos dos dois grupos. Como se trata de uma iniciativa externa e contrária ao desejo do grupo, estimulada e manipulada pelos agentes da parceria público-privada, tem-se algo próximo do conceito biológico de reprodução assistida entre animais de cativeiro, dada

²⁴ Toral (1984, 1986, 1998), Pedroso *et alli* (1990), Pedroso (1994, 2006), Granado (1999).

a desqualificação implícita da condição humana dos Avá-Canoeiro, que implica em um mínimo de autonomia sobre a sua própria reprodução física. Além disso, o projeto parte de premissas racistas, como já apontou Teófilo da Silva (2005), ao supor, erroneamente, que a continuidade de uma sociedade ou etnia se baseia na pureza biológica ou cultural de seus integrantes, seja insistindo no casamento exclusivo entre membros dos dois grupos avá ou descrevendo os filhos dos Avá-Canoeiro do Araguaia com membros de outras etnias como “aculturados” ou “mestiços”.²⁵

São vários os exemplos de que os Avá-Canoeiro foram vistos historicamente como humanos inferiores ou mesmo como não-humanos, o que justificou ideologicamente práticas de colonização e políticas oficiais racistas que foram adotadas em relação a eles. No início da colonização do alto Tocantins, no século 18, pode-se dizer que os índios em geral eram associados pelos colonizadores aos animais selvagens, justificando assim o seu extermínio ou a utilização de sua mão de obra escrava. Posteriormente, a ideologia ocidental do Evolucionismo (ver Da Matta, 1983) postulou que as sociedades humanas poderiam ser classificadas em uma escala evolutiva que parte de um primeiro estágio mais “natural”, onde as sociedades indígenas estariam incluídas, em direção a um último estágio mais evoluído e “cultural”, ocupado pela civilização ocidental.

A crença em sociedades mais “naturais”, “selvagens” ou “primitivas” foi radicalmente criticada pelas ciências sociais e depois abandonada ainda na primeira metade do século 20, mas permaneceu arraigada no senso comum. Textos acadêmicos e oficiais continuaram a usar conceitos que remetem a essa visão de mundo, ainda que camuflados por discursos mais refinados. A naturalização dos índios, considerando-os ora como “selvagens” sem cultura ora como “infantis”, em um estado primitivo da humanidade, é acompanhada também de uma negação da sua humanidade plena. Tal modelo hierárquico, etnocêntrico e racista de classificação das sociedades justificou não só a tentativa explícita de extermínio de que os Avá-Canoeiro foram vítimas nos séculos 18, 19 e 20, mas também a posterior apropriação econômica do seu território (ver Pedroso, 1994).

Na literatura histórica já citada, os “Canoeiro” foram referidos recorrentemente como “bárbaros”, “crudelíssimos”, “ferozes”, “selvagens”, “indomáveis”, “silvícolas”, “animais”, “brutos”, “depredadores”, entre outros adjetivos pejorativos que denotam

²⁵ Ver Pedroso (1994, 2006) e Granado (1999).

uma natureza animalizada ou a uma humanidade inferior. Assim como os animais peçonhentos mais indesejados, os Canoeiro “infestavam” os sertões e não pareciam “susceptíveis” à “civilização”. Essa visão de mundo arcaica e de longa duração esteve subjacente à ideologia e à prática dos sertanistas da FUNAI que os caçaram, capturaram, aprisionaram e prenderam em um cercado, como em um zoológico, expondo-os à curiosidade pública em 1973. O modo como a “atração” dos Avá-Canoeiro do Araguaia foi conduzida remete a uma perfeita caçada de animais selvagens. Posteriormente, os índios foram vigiados por guardas e submetidos a um processo de domesticação ou “amansamento”, como foi argutamente compreendido pelos Javaé.

No boletim da FUNAI a respeito da “atração” do grupo do Araguaia, a antropóloga Denise Meirelles (1973:11), esposa do sertanista Apoena Meirelles, escreve que seria “ingênuo supor que os Canoeiro tivessem outrora uma cultura mais desenvolvida”, classificando a sociedade Avá-Canoeiro de acordo com o velho paradigma do Evolucionismo. Em outro informe, o casal Meirelles propõe que a convivência com a sociedade nacional substituiria aos poucos as funções “instintivas e emocionais” dos Avá-Canoeiro por “funções mais intelectuais” (Meirelles & Meirelles, 1973/1974:22). Os índios são associados a crianças ou animais, aos quais a cosmologia ocidental atribui um predomínio dos instintos e emoções por estarem, supostamente, mais próximos da “natureza”, em oposição aos adultos ou à própria civilização, que seriam plenamente sociais em razão do predomínio da razão. Apesar do pouquíssimo conhecimento do grupo, os primeiros informes oficiais da FUNAI e o casal Meirelles²⁶ concentraram-se em descrever as supostas lacunas da incipiente “cultura” avá-Canoeiro, que não teria divisão sexual do trabalho, agricultura, culinária, adornos corporais, indumentária, curiosidade intelectual etc, ou seja, classificando-a implicitamente em um estágio muito primitivo ou seminatural da humanidade. A “preocupação primordial” dos Avá-Canoeiro é reduzida à “obtenção de alimentos” (Meirelles, 1973:11).

Nas últimas décadas do século 20, textos acadêmicos e oficiais continuaram utilizando conceitos naturalizantes para se referir aos Avá-Canoeiro, demonstrando a persistência dessa visão de mundo racista. No livro de Pedroso (1994:13), o principal estudo histórico sobre o grupo, há uma intenção explícita em rever os “estereótipos” negativos com que os Avá ficaram conhecidos na literatura, baseados na “teoria preconceituosa” do “banditismo” (1994:42). Mesmo assim, em seu artigo mais recente,

²⁶ FUNAI (1973), Meirelles (1973), Meirelles & Meirelles (1973/1974), Newlands & Ramos (2007).

a autora ainda utiliza termos como “hordas” (2006:105) e “nomadismo” (2006:121), que remetem a uma qualificação pejorativa e naturalizante, para se referir aos Avá-Canoeiro do século 20. A ideia de um grupo que prima pela ausência de regras, como uma “horda”, ou que vagueia errante, sem nunca encontrar um pouso fixo, como os “nômades”, é associada subliminarmente a um estado “menos social” ou mesmo “natural”, uma vez que o conceito de cultura e sociedade se define, primariamente, pelo estabelecimento de leis ou regras sociais – que criam um estado de ordem, disciplina, controle – que diferenciam os humanos dos animais²⁷.

O mesmo tom de desqualificação implícita dos atributos plenamente sociais, culturais e humanos de um grupo indígena subsiste em termos como “arredios”²⁸ (Toral, 1984:32) ou “bandos remanescentes”²⁹, que foram utilizados por antropólogos em pareceres oficiais para a FUNAI para descrever os Avá-Canoeiro.

Essa “animalização” dos Avá-Canoeiro no discurso antropológico e indigenista, já apontada por Teófilo da Silva (2005:115), esteve presente também na atribuição apressada de práticas incestuosas ao grupo, o que no imaginário popular é associado à selvageria mais pura e simples. O antropólogo André Toral (1986:372), referindo-se ao grupo do Araguaia, afirmou que, “impossibilitados de praticarem as uniões endogâmicas como vinham fazendo, confundindo grupo de substância com o de afins, praticam rápidas uniões com índios ou regionais” na aldeia Canoanã. Confundir “grupos de substância com o de afins” é um modo “antropológico” de dizer que os Avá-Canoeiro misturaram categorias de parentesco e praticaram o incesto. Causa surpresa a rapidez com que o antropólogo chegou a essas conclusões, uma vez que ele admite (Toral, 1984, 1984/1984) que não tinha nenhuma certeza sobre as relações genealógicas entre as pessoas do grupo. A historiadora Dulce Pedroso (1994:80), por sua vez, foi mais explícita quanto a esse assunto:

“(…) A redução da população indígena provocou certamente modificações profundas na sociedade dos avá-canoeiros, com relação à organização do trabalho, regras de matrimônio, relações de parentesco e outros. (...) Nesse grupo, a índia chamada Tatia, com mais de 40 anos, informa que se casou com seu pai biológico, e dessa união nasceu uma filha, falecida antes do contato. (...) Esse exemplo ilustra a indicação de que houve sensíveis transformações no relacionamento entre os indivíduos dessa sociedade para que sua sobrevivência física fosse garantida.”

²⁷ Teófilo da Silva (2005) já havia produzido uma crítica ao uso do termo “nômade” por Pedroso (1994) para qualificar os Avá-Canoeiro.

²⁸ Termo recorrente nos processos da FUNAI sobre os Avá-Canoeiro, utilizado também pelo antropólogo André Toral (1984) em seu relatório oficial.

²⁹ Processo FUNAI n° 253/83, fls. 621-624.

Mesmo que seja verdade que “Tatia” tenha tido relações sexuais com o seu “pai biológico”, é leviano atribuir práticas incestuosas aos Avá-Canoeiro como se estas fossem um comportamento usual no período pré-“contato”. A autora dá a entender que os Avá incorporaram a transgressão ao tabu do incesto – o maior de todos os tabus sociais – como uma prática comum em nome da “sobrevivência física” do grupo. Há vários pressupostos infundados nessas conclusões.

Em primeiro lugar, não se sabe nada ainda sobre as categorias de parentesco e afinidade dos Avá-Canoeiro, não se podendo afirmar, antecipadamente, o que seria considerado incesto ou não nessa sociedade. Além disso, o fato de dois indivíduos terem praticado algo que se considera como incestuoso não transforma os Avá-Canoeiro em uma “sociedade incestuosa”, como a autora pretende ao atribuir transformações estruturais das regras de matrimônio e das relações de parentesco à “sociedade dos avá-canoeiros”. Quantos casos de incesto são praticados e noticiados diariamente em nossa sociedade sem que por isso esta seja associada intrinsecamente ao fato? Nesses casos, o incesto é pensado apenas como o “desvio patológico” de um ou dois indivíduos apenas, mas jamais como uma característica estrutural – e imoral – da sociedade como um todo.

Em uma determinada e influente visão de mundo ocidental, o tabu do incesto é a principal lei das sociedades humanas, aquilo que distingue os seres humanos sociais dos seres não-humanos naturais, realizando a passagem da “natureza” para a “cultura” (Lévi-Strauss, 1982). Ao se atribuir aos Avá-Canoeiro como um todo a transgressão da lei social fundamental em nome da “sobrevivência física”, os índios são igualados simbolicamente aos animais que podem devorar seus semelhantes ou procriar entre eles, indistintamente, em nome dos seus instintos.

Tal argumentação entra em contradição com a ideia, defendida pela própria autora, de que os Avá-Canoeiro preferiram a morte, historicamente, a se render ao inimigo. Eles foram “sociais” o bastante para preferir o fim do grupo à submissão, guiando-se por princípios culturais, mas não o teriam sido para evitar a suposta transgressão do tabu do incesto? Nesse último caso, é como se o “instinto” de reprodução física predominasse sobre os princípios culturais mínimos, aproximando o grupo de uma natureza animalesca.

Na imprensa, além da imagem de preguiçosos, infantis, aculturados ou comedores de ratos e morcegos, tem sido usual recorrer à repugnante imagem do incesto ou da poligamia, associada simbolicamente a uma exacerbação dos instintos, para

retratar os Avá-Canoeiro, principalmente no caso do grupo do Rio Tocantins. O casamento de membros do Araguaia já foi descrito com o termo “acasalamento”³⁰, aplicado aos animais, assim como *Tuia*, do grupo de Minaçú, foi descrita como a “fêmea” que se oferecia sexualmente e sem qualquer critério aos não-índios³¹. No filme “Avá-Canoeiro, A Teia do Povo Invisível” (Moreira, 2006), os integrantes do grupo são chamados de “espécimes”, mais um termo de conotação naturalizante.

Por fim, os Avá-Canoeiro foram submetidos pelo Estado a experimentos de “reprodução assistida”, em que indigenistas e pesquisadores tentaram reproduzir fisicamente o grupo a partir de critérios biológicos e racistas estranhos à vontade dos próprios Avá-Canoeiro. Infantilizados e naturalizados, eles foram reduzidos simbolicamente a animais de cativeiro, cujo destino reprodutivo é conduzido por outros que não eles próprios. Justificar a ação com base no pressuposto de que o grupo do Araguaia e o de Tocantins tinham vínculos biológicos *a priori*, desconsiderando a elaboração cultural dos próprios Avá-Canoeiro sobre os seus vínculos de parentesco e sua origem mítico-histórica, também fez parte desse complexo ideológico que concebeu o grupo como espécimes da natureza em extinção.

A resistência célebre e irredutível do grupo em estabelecer qualquer tipo de contato pacífico com o colonizador colaborou enormemente para a construção no imaginário colonial do estereótipo de um povo inapto ao processo civilizatório de superação e domesticação de um suposto estado selvagem essencial. Essa ideologia naturalizante, baseada numa desqualificação ou inferiorização dos Avá-Canoeiro como seres humanos plenos, fundamentou uma prática racista de extermínio, dominação, manipulação e exclusão.

Referências bibliográficas

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. 1864. “Annaes da Província de Goyaz”. *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo 27: 5-186, 229-349.

_____. 1998 [1862]. “Relatório lido na abertura d’Assembléia Legislativa de Goyaz pelo Exmo. Sr. José Martins Pereira de Alencastre no dia 1º de junho de 1862”. In: *Memórias Goianas 9: relatórios dos governos da Província de Goiás, 1861-1863*. Goiânia: UCG.

ATAÍDES, Jézus Marco de. 2001. *Documenta indígena do Brasil Central*. Goiânia: UCG.

AURELI, Willy. 1962a [1939]. *Roncador*. São Paulo: Leia.

³⁰ Ver, por exemplo, a reportagem “Os últimos dias de uma tribo invisível” (O Globo, 14.04.96).

³¹ Ver a reportagem “Os últimos Avá-Canoeiro” (Revista Isto É / Gente, 2002).

- _____. 1962b [1952]. *Bandeirantes d'Oeste*. São Paulo: Leia.
- BAENA, Antonio L. Monteiro. 1848. "Resposta ao Ilm. e Exm. Sr. Herculano Ferreira Penna, Presidente da Província do Pará, sobre a comunicação mercantil entre a dita província e a de Goyaz, dada pelo Sr. tenente-coronel Antonio Ladisláo Monteiro Baena, membro correspondente do Instituto". *Revista Trimensal de História e Geographia do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro (IHGB)* 10: 80-107.
- BALDUS, Herbert. 1970. *Tapirapé: tribo Tupi no Brasil Central*. Série Brasileira 17. São Paulo: Nacional.
- BORELA, Henrique Aguiar. 2013. *Arquivos fotográficos sobre os Avá-Canoeiro do Araguaia: uma exploração possível*. Monografia de Ciências Sociais. Goiânia: Universidade Federal de Goiás.
- BRASIL, Americano do. 1961 [1932]. *Súmula da história de Goiás*. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura.
- CAIADO, Leolídio. 1961. *Dramas do oeste: história de uma excursão nas regiões da Ilha do Bananal, em 1950*. São Paulo: Edigraf.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. 1992. "Política indigenista no século XIX". In *História dos índios no Brasil*. Ed. Manuela Carneiro da Cunha. 133-154. São Paulo: Companhia das Letras.
- CHAIM, Marivone Matos. 1974. *Os aldeamentos indígenas na Capitania de Goiás*. Goiânia: Oriente.
- COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. 1974 [1863]. *Viagem ao Araguaia*. São Paulo: Editora Três.
- CRUZ MACHADO, Antonio Cândido da. 1997a [1854]. "Relatório que à Assembléia Legislativa Provincial de Goyaz apresentou na sessão ordinária de 1854 o Presidente da Província Antonio Cândido da Cruz Machado". In: *Memórias Goianas 6: relatórios dos governos da Província de Goiás, 1854-1856*. Goiânia: UCG.
- _____. 1997b [1855]. "Relatório que à Assembléia Legislativa Provincial de Goyaz apresentou na sessão ordinária de 1855 o Exm. Presidente da Província Antonio Cândido da Cruz Machado". In: *Memórias Goianas 6: relatórios dos governos da Província de Goiás, 1854-1856*. Goiânia: UCG.
- CUNHA MATTOS, Raymundo José da. 1875. "Chorographia histórica da Província de Goyaz" (parte I). *Revista Trimestral do IHGEB*, 38, Rio de Janeiro.
- DA MATTA, Roberto. 1983 [1981]. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Petrópolis: Vozes.
- DAVIS, Irvine. 1968. "Some Macro-Jê relationships". *International Journal of American Linguistics* 1 (34): 42-47.
- FUNAI. 1973. "Finalmente o contato". *Boletim Informativo FUNAI*, 2 (8), III Trimestre: 3-10. Brasília: FUNAI.
- _____. 1974. "Avá-Canoeiros aos poucos abandonam a peregrinação do medo". *Boletim Informativo FUNAI*, 3 (11/12):68-72. Brasília: FUNAI.
- GRANADO, Eliana. 1999. "Sobrevivência e reconstituição étnica dos Avá-Canoeiro". *Revista Brasileira de Ecologia do Século 21*, IX, julho/agosto, 41:29-34, Rio de Janeiro.
- KARASCH, Mary. 1992. "Catequese e cativo: política indigenista em Goiás, 1780-1889". In: Manuela Carneiro da Cunha (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. pp 397-412.
- KRAUSE, Fritz. 1942. [1911]. "Nos sertões do Brasil". *Revista do Arquivo Municipal de São Paulo* 89: 157-172.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1991 [1971]. *O cru e o cozido: mitológicas*. São Paulo: Brasiliense.
- LIMA FILHO, Manuel Ferreira. 2001. *O desencanto do oeste*. Goiânia: UCG.

- MARIANI, Francisco. 1997 [1854]. “Relatório com que o Presidente da Província de Goyaz, o Exmo. Sr. Dr. Francisco Mariani, entregou a Presidência da mesma ao Exm. Sr. Dr. Antonio Augusto Pereira da Cunha”. In: *Memórias Goianas 6: relatórios dos governos da Província de Goiás, 1854-1856*. Goiânia: UCG.
- MEIRELLES, Denise Maldí. 1973. “Breve notícia sobre os Avá-Canoeiro”. *Boletim Informativo FUNAI*, 2 (8), III Trimestre:11. Brasília: FUNAI.
- MEIRELLES, José Apoena Soares de & MEIRELLES, Denise Maldí. 1973/1974. “O conhecimento dos Avá-Canoeiro”. *Boletim Informativo FUNAI*, 3 (9/10), IV Trimestre 1973, I Trimestre 1974:15-23. Brasília: FUNAI.
- MORAES JARDIM, Joaquim Rodrigues de. 2001 [1880]. “Exposição que fez o Sr. Major de Engenheiros Dr. Joaquim Rodrigues de Moraes Jardim sobre sua viagem ao Araguaya, Goyaz”. In: *Memórias Goianas 13: relatórios dos governos da Província de Goiás, 1880-1881*. Goiânia: UCG.
- NEIVA, Antônio Teodoro da Silva. 1971. “Os Canoeiros”. In *Aspectos da cultura goiana*. Org. Mota, Atica Vilas Boas da & Gomes, Modesto. 103-129. Goiânia: Departamento Estadual de Cultura.
- NEWLANDS, Lílian & RAMOS, Aguinaldo Araújo. 2007. *Apoena, o homem que enxerga longe – Memórias de Apoena Meirelles, sertanista assassinado em 2004*. Goiânia: UCG.
- PACTO. 1992. *Programa Avá-Canoeiro do Tocantins*. Brasília: FUNAI/FURNAS.
- _____. 2004. *Programa de apoio aos Avá-Canoeiro*. Brasília: FUNAI/FURNAS.
- PALACIN, Luís. 1994 [1976]. *O século do outro em Goiás 1722-1822: estrutura e conjuntura numa Capitania de Minas*. Goiânia: UCG.
- PEDROSO, Dulce Madalena Rios et al. 1990. *Avá-Canoeiro: a terra, o homem, a luta*. Goiânia: UCG.
- _____. 1994. *O povo invisível*. Goiânia: UCG.
- _____. 2006. “Avá-Canoeiro”. In: Marlene Castro O. de Moura (org.). *Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural*. Goiânia: UCG. pp 91-133.
- POHL, João Emanuel. 1951 [1837]. *Viagem ao interior do Brasil, Volume II*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.
- RIVET, Paul. 1924. “Les indiens canoeiros”. *Journal de la Société des Américanistes de Paris* (16). Paris.
- ROCHA, Jennifer Alves. 2002. *Memória e esquecimento: a história dos Avá-Canoeiro no Tocantins*. Monografia de Graduação em História, Universidade Federal de Tocantins.
- RODRIGUES, Aryon D. 1984/1985. “Relações internas na família linguística tupi-guarani”. *Revista de Antropologia* 27/28: 33-53. São Paulo: USP.
- RODRIGUES, Patrícia de Mendonça. 2008. *A caminhada de Tan̄xiwè: uma teoria Javaé da História*. Tese de doutorado, Universidade de Chicago (versão em português).
- _____. 2012. *Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Taego Áwa*. Brasília: FUNAI.
- _____. 2013. “Os Avá-Canoeiro do Araguaia e o tempo do cativo”. In *Anuário Antropológico* 2012/I, julho de 2013. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- _____. 2015. “Uma ponte para o futuro”. *Porantim*, Ano XXXVI, 378: 10-11. Brasília: CIMI.
- SILVA E SOUSA, Luiz Antônio da. 1849. “O descobrimento, governo, população e cousas mais notáveis da Capitania de Goyaz”. *Revista Trimensal de História e Geographia do IHGB*, 12: 429-519.
- SPÍNOLA, Aristides de Souza. 2001a [1880]. “Relatório apresentado pelo Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Aristides de Souza Spínola, Presidente da Província, à Assembléia L.

- Provincial de Goyaz, no dia 4 de março de 1880”. In: Memórias Goianas 13: relatórios dos governos da Província de Goiás, 1880-1881. Goiânia: UCG.
- _____. 2001b [1881]. “Relatório apresentado pelo Ilmo. e Exmo. Sr. Dr. Aristides de Souza Spínola, ex-Presidente da Província, no ato de passar a administração ao Exmo. Sr. Vice-Presidente Dr. Theodoro Rodrigues de Moraes, em 27 de dezembro de 1881”. In *Memórias Goianas 13: relatórios dos governos da Província de Goiás, 1880-1881*. Goiânia: UCG.
- TEÓFILO DA SILVA, Christian. 2005. *Cativando Maira – a sobrevivência Avá-Canoeiro no alto Rio Tocantins*. Tese de Doutorado, Universidade de Brasília.
- TORAL, André Amaral de. 1984. “Situação e perspectivas de sobrevivência dos Avá-Canoeiro”. *Processo FUNAI n° 253/83*: 117-168. Brasília: FUNAI.
- _____. 1984/1985. “Os índios negros ou os Carijó de Goiás – A história dos Avá-Canoeiro”. *Revista de Antropologia*, 27/28:287-325. São Paulo: USP.
- _____. 1986. “Sem perspectivas – dispersão e isolamento impedem continuidade dos Avá-Canoeiro”. *Povos Indígenas no Brasil*, 85/86:371-372. *Aconteceu Especial*, 17, Cedi. São Paulo: Guteplan.
- TOSTA, Lena Tatiana Dias. 1997. “*Homi matou papai meu*”: *uma situação histórica dos Avá-Canoeiro*. Monografia de Graduação, Universidade de Brasília.
- VILLAS BÔAS, Orlando & VILLAS BÔAS, Cláudio. 1994. *A marcha para o oeste: a epopeia da Expedição Roncador-Xingu*. São Paulo: Globo.